

V Curso de pós-graduação
Direito Internacional Humanitário e Direitos Humanos em situações de conflito
Instituto de Ciências Jurídico-Políticas, FDL
Instituto de Direito Europeu, FDL
Instituto de Defesa Nacional

Coordenadores Científicos: Rui Guerra da Fonseca e Mário João de Brito Fernandes
Coordenadores do Curso:
ICJP – Rui Guerra da Fonseca, Mário João de Brito Fernandes e João Tiago Silveira
IE – Nuno Cunha Rodrigues
IDN – Alberto Marinheiro

Aulas às segundas-feiras, 18h00/19h30 – 19h45/21h15

Apresentação:

A multiplicação de conflitos armados tem posto à prova a aplicação dos regimes de direito humanitário e dos direitos humanos. A aplicação prática do *jus ad bellum* mostra, com demasiada frequência, as limitações do sistema da Organização das Nações Unidas no que respeita ao controlo político do uso da força pelo Conselho de Segurança. Mas são os actuais limites do *jus in bello* que suscitam maiores dificuldades desde logo as relativas ao enquadramento dos actores não estatais. As violações “clássicas” das normas de direito humanitário, cada vez mais frequentes, são acompanhadas pelas insuficiências do quadro normativo internacional no acompanhamento das novas realidades tecnológicas seja a agressão por via cibernética seja a utilização de drones para a eliminação de pessoas e a destruição de bens ou o aparecimento de robots assassinos (*killer robots* como *lethal autonomous weapons*). Em contraponto a esta situação, vários Estados atribuíram-se uma competência penal universal para julgar as violações do direito humanitário ao mesmo tempo que o Tribunal Penal Internacional tem desenvolvido uma jurisprudência ambiciosa no que respeita aos diversos tipos penais que integram o Estatuto de Roma. Esta *magna carta* recebeu recentemente o tipo penal do crime de agressão estando em curso tentativas de codificação de um novo tipo de crime para tutela de danos ambientais.

O presente curso pretende colmatar uma lacuna formativa de juristas, diplomatas, técnicos de Organizações Não Governamentais, militares e forças policiais que participam em missões internacionais em zonas de conflito armado. Também os jornalistas, os técnicos de protecção civil e os membros de equipas de socorro que acompanhem situações de conflito armado poderão beneficiar da formação fornecida pelo Curso.

Os vários módulos do curso percorrem os elementos clássicos relativos ao sistema da Carta das Nações Unidas em matéria de uso da força (definição de agressão, legítima defesa, actuação ao abrigo do capítulo VII da Carta,...); o estado da arte em matéria de direito internacional humanitário (regime das Convenções de Genebra: conflitos internacionais, pessoas e bens protegidos, combatentes regulares e irregulares); os mecanismos de aplicação de sanções disciplinares e penais pela violação do direito humanitário (competência dos tribunais portugueses e do Tribunal Penal Internacional, tipos penais e disciplinares relevantes); os regimes jurídicos internacionais para determinadas armas (minas, munições em *cluster*, drones, robots); e a jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem relativa aos conflitos armados.

O Curso integra três mesas redondas que permitirão partilhar a experiência de diversos operacionais em missões onde o direito humanitário tem um papel fundamental: Afeganistão,

combate à pirataria e operações no Mediterrâneo para mitigar os efeitos da crise dos refugiados.

O Curso termina com uma simulação de uma situação de conflito armado envolvendo a violação de normas de Direito internacional Humanitário, com a resolução de um caso prático (por grupos de 10 alunos acompanhados por docentes da Faculdade de Direito de Lisboa, com distribuição de papéis e a obrigação de chegar a uma solução negociada ou “judicializada”).

PROGRAMA

Conferência inaugural.

5 de Setembro de 2022

18.00

"Afghanistan: lessons forgotten".

Omar Samad é licenciado em comunicação e assuntos internacionais (*American University*, Washington, D.C.) e mestre em relações internacionais (*Fletcher School of Law and Diplomacy*). Desde 2014 é Conselheiro Sénior do Dr. A. Abdullah, o último Chefe do Executivo eleito no Afeganistão. Serviu como Embaixador do Afeganistão no Canadá de 2004 a 2009 e em França de 2009 a 2011. Foi Investigador Sénior na *New America Foundation* em Washington, D.C., depois de trabalhar como Especialista Sénior no *United States Peace Institute* em Washington D.C., de 2012 a 2013.

A. Introdução, evolução e relação entre ordenamentos jurídicos.

12 de Setembro de 2022

18h00

Evolução histórica da codificação do Direito Internacional Humanitário: das convenções da Haia ao Estatuto de Roma.

Patrícia Galvão Teles, Comissão de Direito Internacional.

19h45

A cláusula Martens: sentido e limites.

Rui Lanceiro, FDL.

19 de Setembro de 2022

18h00

O que são “conflitos armados” susceptíveis de desencadear a aplicação do Direito Internacional Humanitário.

Inês Pires Marinho, ICJP.

19h45

As situações de conflito não internacionalizadas. Declaração de guerra e aceitação da rendição.

Jaime Drummond Valle, FDL .

26 de Setembro de 2022

18h00

Uso da força de acordo com a carta da ONU e missões de “Peacekeeping” e de “Peace Enforcement” no âmbito da ONU, OSCE, UE e NATO.

Mário João de Brito Fernandes, ICJP.

19h45

A questão da vinculação ao Direito Internacional Humanitário e ao Direito Internacional dos Direitos do Homem de forças internacionais.
Tiago Fidalgo de Freitas, FDL.

3 de Outubro de 2022

18h00

Status of Forces Agreements e conflitos negativos e positivos de jurisdição.

Mário João de Brito Fernandes, ICJP.

19h45

Os jornalistas em situações de conflito.

Ricardo Alexandre, Director adjunto da TSF.

10 de Outubro de 2022

18h00

Parametrização do funcionamento das operações de “Peacekeeping” da ONU.

Coronel Alberto Sebastião Neves Marinheiro, IDN.

19h45

Armas e alvos aceites à luz do Direito Internacional Humanitário. Em particular as minas antipessoal e as munições em *cluster*.

Ana Caldeira Fouto, FDL

17 de Outubro de 2022

18h00

O acolhimento do Direito Penal Internacional no ordenamento jurídico português: vinculação internacional, Código Penal e Código de Justiça Militar.

Paulo Saragoça da Matta, ex-assistente da FDL, Advogado.

B. Soluções materiais em sede de Direito Internacional Humanitário.

17 de Outubro de 2022

19h45

Evolução da justiça militar: sentido e limites.

Coronel Gil Prata, ex-juiz militar.

24 de Outubro de 2022

18h00

A protecção de grupos mais vulneráveis: mulheres, crianças e refugiados.

Benedita Queiroz, UCP.

19h45

O estatuto jurídico dos combatentes e dos não combatentes, regulares e irregulares. Dos mercenários em particular.

Maria da Assunção do Vale Pereira, Escola de Direito da Universidade do Minho.

7 de Novembro de 2022

18H00

Kai Ambos, Professor na Universidade de Göttingen

"When International Criminal Law met International Criminal Justice. A match made in hell?"

14 de Novembro de 2022

18h00

O estatuto de neutralidade.
Filipe da Boa Baptista, ex-assistente da FDL.
19h45
O estatuto jurídico dos prisioneiros de guerra.
Tiago Fidalgo de Freitas, FDL.

21 de Novembro de 2022
18h00
A protecção dos feridos, doentes e náufragos.
Ana Isabel Pinto, FDL.
19h45
A protecção dos civis e dos bens civis.
Diogo Santana Lopes, FDL.

28 de Novembro de 2022
18h00
A utilização de *drones* contra alvos militares e civis à luz do Direito Internacional.
Afonso Brás, FDL.
19h45
O caso particular das crianças soldado.
Carla de Marcelino Gomes, *Ius Gentium Conimbrigae*.

5 de Dezembro de 2022
18h00
A protecção do ambiente.
Fernando Loureiro Bastos, FDL.
19h45
O regime nacional de protecção dos refugiados: a Lei n.º 27/2008, de 30 de Junho.
Bernardo Kahn, FDL

12 de Dezembro de 2022
18h00
A União Europeia e a crise dos refugiados.
Benedita Queiroz, UCP.
19h45
A protecção do património cultural.
Fernando Loureiro Bastos, FDL.

9 de Janeiro de 2023
18h00
Erros de facto, de Direito e de processo: os mecanismos de recurso no TPI à luz da jurisprudência recente.
Paulo Sousa Mendes, FDL.
19h45
A Convenção Europeia dos Direitos do Homem e a jurisprudência do TEDH relacionada com situações de conflito: em especial, a questão da noção de “jurisdição”.
Rui Guerra da Fonseca, FDL .

16 de Janeiro de 2023
18h00
Direito Penal Internacional: evolução histórica, codificação e jurisprudência dos tribunais

penais internacionais.

Inês Pires Marinho, ICJP.

19h45

Elementos dos tipos penais dos crimes internacionais: crimes de guerra, crime de genocídio, crimes contra a humanidade, crime de agressão.

Francisco Ferreira de Almeida, FDC.

23 de Janeiro de 2023

18h00

O auxílio humanitário (o estatuto da Cruz Vermelha e o das Organizações Não Governamentais).

Patrícia Galvão Teles, Comissão de Direito Internacional.

19h45

Responsabilidade dos chefes militares e de outros superiores hierárquicos.

Teresa Quintela de Brito, FDL

30 de Janeiro de 2023

18h00

Autoria e participação no Direito Internacional Penal.

Teresa Quintela de Brito, FDL

19h45

Decisões do Comité dos Direitos Humanos em matéria de asilo e migração (Pacto Internacional dos Direitos Cívicos e Políticos).

Diogo Santana Lopes, FDL

C. Mesas Redondas

6 de Fevereiro de 2023

18h00

Operações no Mediterrâneo e a crise dos refugiados.

Moderador: Coronel Alberto Marinheiro, foi Conselheiro Militar junto da Missão Permanente de Portugal na Organização das Nações Unidas, de 1999 a 2002 e Adido de Defesa junto da Embaixada de Portugal em Paris, de 2010 a 2014. É assessor do IDN.

Ana Santos Pinto é Professora Auxiliar no Departamento de Estudos Políticos da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, Investigadora do Instituto Português de Relações Internacionais e membro do Conselho de Curadores da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento. Entre 2018 e 2019, foi Secretária de Estado da Defesa Nacional do Governo Português. É Doutorada em Relações Internacionais pela Universidade NOVA de Lisboa; Mestre em História das Relações Internacionais pelo ISCTE e Licenciada em Ciência Política e Relações Internacionais, pela Universidade NOVA de Lisboa.

Comandante João Lourenço da Piedade, Doutorando em relações internacionais na Universidade Nova, actualmente no Estado-Maior da Armada, serviu como Oficial de Operações da Força Naval portuguesa, Chefe do Departamento de Operações do NRP Vasco da Gama e Chefe de Serviço de operações Anti-submarinas do NRP Côte-Real. Participou na operação de evacuação da Guiné Bissau de cidadãos nacionais (1998), na operação de combate à pirataria na Somália (Atalanta - 2011) e na operação de resgate de migrantes irregulares no Mediterrâneo (Sophia – 2017/18). É autor de diversas publicações sobre pirataria naval e segurança marítima.

13 de Fevereiro de 2023

18h00

Missões de paz no Afeganistão.

Moderador: Carlos Branco, Major General do Exército português, na situação de reserva. Serviu nas Nações Unidas, nos Balcãs, antes de Dayton, como observador militar. Mais tarde, serviu no quartel-general da EUROFOR, em Florença, como Chefe da Seção de Análise de Informações. Prestou serviço na Divisão Militar do Departamento de Operações de Paz, no QG da ONU, em Nova Iorque, como Peacekeeping Affairs Officer para as missões da ONU no Médio Oriente (Líbano, Síria, Israel e na fronteira do Iraque/Kuwait). Foi ainda porta-voz do comandante da ISAF e Diretor da Divisão da Cooperação e Segurança Regional, do Estado-Maior Militar Internacional, no QG da OTAN. Foi subdiretor do Instituto Superior de Estudos Militares.

Ayscha Hamdani é consultora independente com mais de vinte anos de experiência em desenvolvimento internacional (resolução de conflitos, negociação, mediação, assessoria política e desenvolvimento estratégico) tendo trabalhado para a NATO, UE, ONU e várias instituições afegãs. Viveu mais e uma década no Afeganistão e desenvolveu trabalho de campo em todas as províncias com destaque para a protecção dos direitos humanos, com destaque para os direitos das mulheres e crianças. Possui formação universitária em estudos europeus, sociedade e cultura, análise de conflitos internacionais e estudos da guerra moderna.

Nuno Cardoso é Coronel de Infantaria Pára-Quedista. Participou num total de sete missões no exterior do Território Nacional, servindo em algumas das antigas Repúblicas que integravam a Ex-Jugoslávia, no Iraque, no Líbano e no Afeganistão. Em 2014 foi destacado para o Afeganistão como Comandante do 8º Contingente Nacional e, em acumulação, Assessor Sénior do Comandante da 111ª Divisão de Cabul (Exército do Afeganistão). Foi Adido de Defesa Junto da Embaixada de Portugal em Ancara.

27 de Fevereiro de 2023

18h00

Ameaças assimétricas e difusas: o caso da pirataria.

Moderador: Paulo Lourenço, Director-Geral de Política de Defesa Nacional, licenciado em Direito e mestre em Ciências Jurídico-Comunitárias pela Universidade Católica de Lisboa. Foi chefe do Gabinete do Ministro da Defesa Nacional (2015-2020). Foi adjunto do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros de 2006 a 2009 e adjunto diplomático do Ministro da Defesa Nacional entre 2004 e 2006. É diplomata de carreira desde 1995, tendo desempenhado funções nas Embaixadas de Portugal em Luanda, Londres, Sarajevo e Belgrado. Entre 2012 e 2018 foi Cônsul-Geral em São Paulo.

Mestre Alexandra von Böhm-Amolly, Licenciatura e Mestrado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com admissão a Doutoramento em Direito Internacional Marítimo na mesma Faculdade; Pós-graduação em Shipping Business pelo IME (Instituto Marítimo Espanhol), Madrid; Pós-graduação em Cultura Árabe-Islâmica pela Universidade Autónoma Luís de Camões, Lisboa; Auditora do Curso de Defesa Nacional de 2007, Instituto da Defesa Nacional, MDN.

António Gonçalves Alexandre é capitão-de-mar-e-guerra da Marinha Portuguesa, na situação de reserva. Participou em inúmeras operações militares, sobretudo da NATO, destacando-se as operações *Sharp Vigilance* e *Sharp Guard*, de embargo à ex-Jugoslávia, no Mar Adriático, em 1992 e 1996, respetivamente, e a operação *Active Endeavour*, em 2002, no Mar Mediterrâneo Central e Oriental, contra o terrorismo marítimo. Comandou a fragata Corte-Real entre 2008 e 2010, e em 2009 o navio participou na operação *Allied Protector* de combate à pirataria marítima na região do Corno de África, como navio-almirante do comandante do *Standing Naval Maritime Group One*. Entre 2014 e 2015 foi comandante da Força Naval Portuguesa.

D. Simulação de uma situação de conflito envolvendo a violação de normas de Direito internacional Humanitário.

6 de Março de 2023

Caso prático (grupos de 10 alunos com distribuição de papéis e obrigação de chegar uma solução negociada ou “judicializada”).

Informações:

Inscrições no Instituto Europeu, até ao dia 1 de Setembro de 2022.

O Curso realiza-se no período de 5 de Setembro de 2022 a 6 de Março de 2023, das 18h00 às 19h30 e das 19h45 às 21h15, com excepção das sessões indicadas neste programa.

Ficam ressalvadas eventuais alterações ao programa.

Local: Nas instalações do Instituto da Defesa Nacional em Lisboa (Calçada das Necessidades, 5) e, em simultâneo, no Porto (Castelo da Foz, Esplanada do Castelo).1*

1 * Caso haja um número de inscritos suficientes, o Curso poderá ainda funcionar em Coimbra.

Propina: €1 000 (primeira prestação de €400 paga no acto de inscrição, segunda prestação no valor de €300 paga até 15 de Dezembro 2022 e última prestação no valor de €300 paga até 3 de Fevereiro de 2023).

Redução de 5% no valor total do curso para quem efectuar o pagamento integral do curso no acto da inscrição; para ex-alunos do ICJP, do IE, do IDEFF e do IDN.

Redução de 25% para ex-alunos do Curso pós-graduado em Direito da Defesa Nacional.

Nota: os descontos não são cumulativos

Certificado: será fornecido um certificado de participação aos auditores que participarem em pelo menos 80% dos módulos do curso.

Avaliação, de natureza facultativa: apresentação, nos termos do regulamento de avaliação, de um trabalho escrito final sobre um tema ou subtema do Curso.

Contactos para Inscrições:

Instituto Europeu

Telefone: 217 933 250

E-mail: institutoeuropeu@fd.ulisboa.pt

www.facebook.com/institutoeuropeu.fdul

www.institutoeuropeu.eu